





LÍNGUA PORTUGUESA

QUESTÕES DE 1 A 15

Para responder a essas questões, assinale APENAS UMA ÚNICA alternativa correta e marque o número correspondente na Folha de Respostas.

AS QUESTÕES DE 1 A 14 ESTÃO RELACIONADAS AO TEXTO ABAIXO

TEXTO

1 Austeridade ou o caos. Esse tem sido o tom do debate público nacional. Como se austeridade fosse ato
2 heroico cuja alternativa é o inominável. Austero, etimologicamente, é qualidade de seco, amargo ou rude, sabores
3 que produzem sensação desagradável. Em associação com o ascetismo filosófico, austeridade ganha tons mais
4 respeitáveis, quando se refere a formas de vida que rejeitam prazeres mundanos em favor de prazeres espirituais.
5 No limite, contudo, pode levar à automortificação ritual, renúncia severa ao que ordinariamente entendemos como
6 a vida e seus prazeres. Se nos apegamos aos prazeres de uma vida boa, com escolhas significativas, como
7 horizonte de um mundo compartilhado, é preciso fugir da tentação da austeridade filosófica. A palavra chave é
8 viabilidade.

9 Realizações pessoais ou coletivas, como vida saudável, conhecimento, expressão cultural, segurança,
10 mobilidade, foram apropriadamente convertidas em direitos de cidadania nas democracias modernas e o Estado,
11 convertido em seu guardião e fiador. No exercício dessa responsabilidade, governos não podem desconsiderar
12 indicadores financeiros, mas não devem esquecer sua função meramente indiciária, não os confundindo com os
13 objetivos finais da ação pública. A pergunta companheira do governante é sempre: que margem de liberdade tenho
14 eu para cumprir os objetivos que me foram delegados? Para o governante imaginativo de Maquiavel, aquele que
15 passava a perna na sorte, a pergunta é ainda mais comprometedora: que margem de liberdade tenho para expandir
16 as margens de liberdade para cumprir os objetivos que me foram atribuídos?

17 Felizmente, não é preciso contar exclusivamente com a inventividade do governante. Há o exemplo.
18 Sabe-se pela experiência histórica internacional e mesmo por experimentos nacionais recentes que a política social
19 tem parte com a sua viabilidade financeira. E mais: não apenas ela se paga como é capaz de catapultar países para
20 patamares elevados de desenvolvimento. Essa, por exemplo, é boa parte da história do desenvolvimento de países
21 europeus, virtualmente destruídos no pós-guerra. Mas é também parte da história do arranque de economias
22 periféricas no mesmo período. Desenvolvimento tem aspectos muito variados de economia política: envolve
23 padrões de produção (que bens produzir) e de consumo (qual a divisão consumo público-consumo privado, que
24 diferentes itens de consumo), de distribuição (instituições que regulam a distribuição dos frutos entre diferentes
25 agentes econômicos) e redistribuição (divisão público-privado da propriedade da riqueza, redistribuição no âmbito
26 da esfera privada, via tributação e transferências/subsídios). A política social incide sobre boa parte deles, o que
27 nem sempre é notado.

28 Para nos atermos ao caso brasileiro, o surto de crescimento dos últimos anos decorreu de expansão do
29 consumo doméstico de massas e esse foi em boa parte impulsionado pela política social, com intervenções como
30 valorização do salário mínimo e transferências governamentais de renda. Ou seja, a política social ao contribuir
31 para o incremento do produto acabou por contribuir para a sua viabilidade financeira. Contudo, uma análise
32 detalhada dos itens da demanda nos quais se decompõem o crescimento do produto revela que o consumo público
33 como proporção do produto quase não cresceu na mesma década em que o consumo doméstico era o carro chefe
34 do crescimento. Ora, o consumo público não é ganância do governo, mas, essencialmente, gasto social: com
35 educação, saúde, merenda escolar, cultura, e tantos outros serviços que o governo entrega para a cidadania,
36 também chamados de bens públicos de consumo individual (diferentemente da defesa ou da administração da
37 justiça, que são bens públicos de consumo coletivo). Essa parece a aposta ainda a fazer: satisfazer necessidades
38 sociais de um modo que expanda os recursos para isso. É uma lógica de investimento ainda pouco difundida no
39 debate público brasileiro.



40 Considere o déficit evidente que há na oferta de serviços sociais públicos como educação e saúde. O
41 Anuário Brasileiro de Educação Básica (2013) estimava em um quarto de milhão o déficit de professores no
42 ensino fundamental e médio, com os níveis atuais de cobertura. A expansão dessa cobertura para os patamares do
43 II Plano Nacional de Educação permite prever déficit ainda maior. Um estudo do Banco Mundial citado nesse
44 relatório estimava em quase dois milhões a demanda ainda não atendida por vagas em creches no Brasil, o que
45 multiplica esse déficit por pelo menos dois. O exemplo da educação facilmente se estenderia à saúde, onde o
46 déficit de pessoal é evidente, e a várias outras áreas incluídas na rubrica de bens públicos sociais. O crescimento
47 do produto e da renda puxado por esses bens teria efeitos não apenas sobre o crescimento-com-atendimento-de-
48 necessidades-sociais, mas também sobre a qualidade da força de trabalho e as possibilidades de realização dos
49 cidadãos. Para ficarmos nos efeitos econômicos apenas, curiosamente se usa a terminologia capital humano para
50 se referir ao acúmulo rentabilizável de conhecimentos e capacidades nas pessoas, mas se rejeita ou se negligencia
51 a óbvia dimensão de investimento que deveria vir associada aos meios de expansão de conhecimentos e
52 capacidades humanas, como são a educação e a saúde. Uma associação bastante evidente é entre esse tipo de
53 investimento e a capacidade para inovação, de que nos dá exemplo a experiência de países do norte da Europa e
54 do leste da Ásia.

55 Em conjuntura adversa e tendo em mente o princípio da viabilidade, isto é, como financiar o
56 investimento social (que complementaria o esforço de redistribuição feito em década recente), não há como
57 escapar da questão tributária. O tamanho da redistribuição necessária para a universalização de bens sociais
58 públicos, que de quebra nos traga uma perspectiva de crescimento sustentado com baixos patamares de
59 desigualdade, há de requerer um esforço tributário maior que o que temos, e com níveis de progressividade
60 substancialmente maiores, essa, uma mudança estrutural de primeira monta. Sabidamente, nossa tributação é uma
61 das menos progressivas do mundo: o imposto de renda tem participação minoritária na carga (em comparação
62 com os regressivos impostos indiretos) e sobre ele incide a mais baixa alíquota máxima do mundo (10 pontos
63 abaixo da americana, 7,5 pontos abaixo da chilena e vai por aí afora), não temos imposto sobre grandes fortunas
64 e o imposto sobre herança é desprezível (4% no país, contra 40% no Reino Unido), o IPTU não tem
65 progressividade e o ITR não é efetivo, não temos tributação sobre lucros e dividendos e nos tornamos o país dos
66 CNPJ, o que reduz a base do nosso único imposto progressivo. Financiamos nossa política social com tributos
67 regressivos e usamos o argumento do tamanho da carga tributária como escudo para blindar os altos ganhos contra
68 o que seria sua justa contribuição.

69 De todo modo, inadmissível fazer o ajuste fiscal incidir sobre o gasto social, educação em especial. No
70 pior da crise, os países da OCDE aumentaram o gasto social como proporção do PIB e protegeram seus sistemas
71 educacionais contra assaltos fiscalistas: com raras exceções, os gastos em educação seguiram aumentando. É hora
72 de aproveitar da crise anunciada para uma virada na estrutura de financiamento dos direitos sociais e rumo ao
73 investimento social.

POR: Por Celia Lessa Kerstenetzky

FONTE: <https://www.cartamaior.com.br/?/Especial/A-utopia-neoliberal-o-capitalismo-contra-a-democracia>

1



- 01)** Constitui uma informação com respaldo no texto a explicitada na alternativa
- (A) Em qualquer das vertentes explicativas para a austeridade, o que se quer enfatizar é a ausência de mecanismos institucionais eficientes, que reflitam o reconhecimento dos direitos sociais a partir de uma melhor distribuição dos bens públicos com o fim de minimizar a desigualdade social.
- (B) Os países da Europa que optaram por preservar e/ou fortalecer suas políticas sociais de caráter universal não só foram capazes de mitigar os efeitos de crises como retomaram o crescimento econômico, não ocorrendo o mesmo com outros países.
- (C) O atual tempo aponta para o desafio do cumprimento de metas fiscais rigorosas para que se obtenha redução de desigualdades sociais.
- (D) A adoção da prática de cobrança de tributos progressivos tem minimizado o avanço das desigualdades sociais.
- 02)** Quanto à linguagem do texto, é correto afirmar:
- (A) Apresenta-se articulada com os acontecimentos, mas de forma invariavelmente linear.
- (B) Foi usada para explicar a si mesma, na tentativa de tornar evidente a significação de vários termos.
- (C) É marcada pela objetividade, uma vez que inexistente a participação da enunciadora do discurso nos acontecimentos.
- (D) É referencial, uma vez que o objetivo da articulista é também informar sobre a necessidade de um crescimento sustentado com índice pequeno de desigualdade.
- 03)** Há correspondência modo-temporal entre a forma verbal composta “tem sido” (L.1) e a simples
- (A) foi
- (B) fosse
- (C) é
- (D) era
- 04)** Considerando-se o contexto, há correspondência entre o trecho citado e o que dele se afirma na alternativa
- (A) Na palavra “heroico” (L.2), de acordo com o novo acordo ortográfico vigente no Brasil, é opcional o acento no ditongo *oi* da sílaba tônica por ser palavra paroxítona, diferenciando-se da palavra *herói*, na qual é obrigatório o uso do acento.
- (B) “mundanos em favor de prazeres espirituais” (L.4) estabelece o limite entre duas esferas sociais antagônicas.
- (C) “mesmo” (L.18) e “mesmo” (L.22) expressam valores semânticos iguais.
- (D) “Ou seja” (L.30) expressa retificação.
- 05)** Há predicado verbal na oração da alternativa
- (A) “Esse tem sido o tom do debate público nacional.” (L.1).
- (B) “esse foi em boa parte impulsionado pela política social” (L.29).
- (C) “o consumo público não é ganância do governo” (L.34).
- (D) “o ITR não é efetivo” (L.65).
- 06)** Exerce a mesma função sintática do termo “terminologia” (L.49) a expressão
- (A) “ato” (L.1).
- (B) “objetivos” (L.14).
- (C) “parte” (L.26).
- (D) “tributação” (L.60).
- 07)** No que se refere aos recursos da língua usados no texto, está correto o que se afirma em
- (A) Na palavra “heroico” (L.2), o “h” não representa uma consoante brasileira.
- (B) O pronome “se”, em “ela se paga” (L.19), indica reflexibilidade, assim como em “Sabe-se” (L.18).
- (C) “isto é” (L.55) é um elemento de coesão textual que introduz, no contexto, uma retificação.
- (D) “da crise” (L.72) sintaticamente desempenha a mesma função de “da questão tributária” (L.57).



08) O verbo é uma importante marca linguística do discurso, que expressa diferentes ideias e, através de suas flexões, informa voz, pessoa, modo, tempo e número em que está sendo usado, além de outra categoria: o aspecto.

A partir dessa informação, está correto o que se afirma sobre a forma verbal transcrita em

- (A) “permite prever” (L.43) é uma locução verbal que faz parte de uma oração optativa.
- (B) “estimava” (L.44) expressa uma ação habitual no passado.
- (C) “teria” (L.47) indica a certeza de fato passado mediante certa condição.
- (D) “são” (L.52) está no plural, concordando com “conhecimentos e capacidades” (L.50).

09) Marque a alternativa que contém a afirmação correta sobre a correlação existente entre o termo transcrito e o que se afirma dele.

- (A) “delegados” (L.14), no contexto, funciona como adjetivo com flexão de gênero masculino e flexão de número plural.
- (B) A expressão “exemplo” (L.17) mudará de função sintática caso haja a substituição dessa forma verbal pela sua correlata *existe*, por exemplo, *existe o exemplo*.
- (C) “quase” (L.44) expressa ideia de inclusão.
- (D) “onde” (L.45), pode ser trocado por “que” sem prejuízo de natureza gramatical.

10) A base primária de formação das palavras “automortificação” (L.5) e “redistribuição” (L.25), respectivamente, é

- (A) Adjetivo e substantivo.
- (B) Substantivo e substantivo.
- (C) Adjetivo e verbo.
- (D) Substantivo e verbo.

11) Há ocorrência de ditongo, dígrafo, hiato e encontro consonantal, respectivamente, em

- (A) “foram” (L.10) “mundanos” (L.4) – “caos” (L.1) – “prazeres” (L.6).
- (B) “caos” (L.1) – “chave” (L.7) – “países” (L.20) – “renda” (L.47).
- (C) “médio” (L.42) – “massas” (L.29) – “aí” (L.63) – “incidir” (L.69).
- (D) “período” (L.22) – “máxima” (L.62) – “saúde” (L.45) – “sistemas” (L.70).

12) Exerce a mesma função de “de vida” (L.4) a expressão

- (A) “do governante” (L.13).
- (B) “do consumo” (L.28/29).
- (C) “de renda” (L.61).
- (D) “dos direitos sociais” (L.72).

13) Quanto aos recursos linguísticos usados no texto, é correto o que se afirma em

- (A) “Sabe-se” (L.18) é uma forma verbal que se apresenta na mesma voz que “quando se refere a formas de vida” (L.4).
- (B) “o”, em “Há o exemplo” (L.17) e “o”, em “o que multiplica esse déficit por pelo menos dois” (L.44/45), pertencem a classes morfológicas distintas.
- (C) “que” e “que”, em “que o consumo público como proporção do produto quase não cresceu na mesma década em que o consumo doméstico era o carro chefe do crescimento” (L.32/34), são, do ponto de vista morfológico, iguais.
- (D) “pagar” (L.19) apresenta-se com a mesma regência (predicação) que “traga” (L.58).



14)

“Se nos apegamos aos prazeres de uma vida boa, com escolhas significativas, como horizonte de um mundo compartilhado, é preciso fugir da tentação da austeridade filosófica.” (L.6/7).

No período acima,

- (A) evidencia-se uma conformidade.
- (B) determina-se uma causa.
- (C) há uma concessão.
- (D) estabelece-se uma condição.

**A QUESTÃO 15 ESTÁ
RELACIONADA AO TEXTO ABAIXO**

TEXTO



15) Nessa peça publicitária, a única afirmativa **sem comprovação no texto** é a de que há

- (A) descompromisso com a associação dos objetivos do negócio à responsabilidade socioambiental.
- (B) consciência de o mínimo na natureza pode acarretar consequências proporcionalmente elevadas.
- (C) preocupação com a natureza.
- (D) certeza de que é preciso fazer algo em prol do desenvolvimento sustentável.



CONHECIMENTOS PEDAGÓGICOS

QUESTÕES DE 16 A 20

- 16)** Ao longo de sua história, a Educação de Jovens e Adultos, como é hoje denominada, realizou-se como prática social através de instituições formais ou não formais. A Educação de Jovens e Adultos, de acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº9394/96, é destinada àqueles que não tiveram:
- (A) Acesso ou continuidade de estudos nos ensinos fundamental e médio na idade própria.
 - (B) Mais acesso à escola quando completaram quinze anos de idade.
 - (C) Condições de participar de um curso profissionalizante na idade própria.
 - (D) Condições de frequentar uma escola devido a sua deficiência física ou mental.
- 17)** De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº9394/96, **não** é assegurado a educação básica, a organização de:
- (A) Grupos não-seriados, com base na idade, na competência e em outros critérios.
 - (B) Blocos de ensino com conteúdos com no mínimo de mil horas anuais de carga horária.
 - (C) Classes, ou turmas, com alunos de séries distintas, com níveis equivalentes de adiantamento na matéria para o ensino de línguas estrangeiras.
 - (D) Períodos semestrais, ciclos ou alternância regular de períodos de estudos.
- 18)** A Tendência Liberal Renovada Progressivista trata de um novo pensamento pedagógico internacional, que inspirado em John Dewey, veio revolucionar o tradicionalismo na educação brasileira. A tendência contempla, **EXCETO**:
- (A) O estudo do meio natural e social, a pesquisa e a descoberta.
 - (B) O atendimento as diferenças individuais, as necessidades e interesses dos educandos.
 - (C) O atendimento ao princípio da racionalidade, da eficiência, da produtividade e da neutralidade científica.
 - (D) O ensino ativo, onde o aprendizado é marcado pela prática, pelo fazer para aprender.

- 19)** Na Escola Municipal São Francisco de Assis, a aula de matemática do Professor João revela-se extremamente controlada e dirigida com atividades mecânicas. Os livros ou manuais são repassados aos alunos. O professor João aplica métodos pré-determinados. Ao analisarmos a aula de Matemática do Professor João, constatamos que sua prática está baseada na tendência:

- (A) Renovada.
- (B) Tecnicista.
- (C) Libertária.
- (D) Histórico-cultural.

- 20)** Analise as asserções a seguir sobre o projeto político-pedagógico, importante instrumento de organização da atividade pedagógica, e a relação proposta entre elas:

I- O projeto pedagógico deve ser o resultado de um processo coletivo de discussão e decisão do colegiado escolar sobre os princípios comuns: filosóficos, epistemológicos e didático-metodológicos, que orientam as ações pedagógicas, administrativas e comunitárias da instituição.

PORQUE

II- A construção do projeto da escola não se resume à elaboração de um plano escrito por alguns sujeitos da instituição para o cumprimento de formalidades exigidas por instâncias superiores, mas de um planejamento, uma ação mental, concebida de forma participativa, solidária, com possibilidades de legitimação e superação da alienação docente

A respeito dessas asserções, é **CORRETO** afirmar que:

- (A) A primeira é verdadeira, e a segunda é falsa.
- (B) As duas são verdadeiras, e a segunda é uma justificativa da primeira.
- (C) A primeira é falsa, e a segunda é verdadeira.
- (D) Apesar de estabelecerem relação entre si, as duas são falsas.



CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

QUESTÕES DE 21 A 40

- 21)** O debate sobre o currículo na Educação Infantil tem gerado muitas controvérsias entre os professores de creches e pré-escolas e outros educadores e profissionais afins. Além de tal debate incluir diferentes visões de criança, de família, e de funções da creche e da pré-escola, para muitos educadores e especialistas que trabalham na área, a Educação Infantil não deveria envolver-se com a questão de currículo, termo em geral associado à escolarização tal como vivida no ensino fundamental e médio e associado à ideia de disciplinas, de matérias escolares. Nesse sentido, é **INCORRETO** afirmar que:
- (A)** Para alcançar as metas propostas em seu projeto pedagógico, a instituição de Educação Infantil organiza seu currículo. Este, nas Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Infantil, é entendido como as práticas educacionais organizadas em torno do conhecimento e em meio às relações sociais que se travam nos espaços institucionais, e que afetam a construção das identidades das crianças.
- (B)** O currículo busca articular as experiências e os saberes das crianças com os conhecimentos que fazem parte do patrimônio cultural, artístico, científico e tecnológico da sociedade por meio de práticas planejadas e permanentemente avaliadas que estruturam o cotidiano das instituições.
- (C)** Na Educação infantil não há necessidade de qualquer planejamento de atividades, de reger as atividades por um calendário voltado a comemorar determinadas datas sem avaliar o sentido e o valor formativo dessas comemorações.
- (D)** A definição de currículo defendida nas Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Infantil põe o foco na ação mediadora da instituição de Educação infantil como articuladora das experiências e saberes das crianças e os conhecimentos que circulam na cultura mais ampla e que despertam o interesse das crianças.
- 22)** A lógica na educação infantil apresenta-se como fator fundamental ao desenvolvimento das aptidões físicas e mentais da criança, sendo um agente facilitador para que esta estabeleça vínculos sociais com os seus semelhantes. Nesse sentido, é **CORRETO** afirmar que:
- (A)** Quando paramos para pensar no desenvolvimento infantil deve-se levar em consideração que uma criança é um adulto em miniatura, e não um sujeito social e histórico que esta em constante processo de aprendizagem na interação com o outro.
- (B)** Quando a criança entra no estágio pré-operacional apresentado por Piaget, há um drástico aumento dos símbolos mentais (palavras e imagens). Para representar objetos e eventos, o símbolo mais óbvio é a linguagem, pois através dela a criança reflete o que já sabe.
- (C)** Ao se pensar na dimensão lógico-matemático, deve-se ter em conta que a criança está imersa em um mundo de notações matemáticas a partir de sua entrada na escola, nos mais variados contextos socioeconômicos e culturais.
- (D)** A criança não deve manipular diferentes objetos para desenvolver-se integralmente principalmente no âmbito físico, lógico-matemático e espacial, por isso tal fato não irá auxiliá-la no processo de trabalhar com a realidade para que a criança possa transformá-la.
- 23)** O brincar é atividade fundamental para crianças pequenas, é brincando que elas descobrem o mundo, se comunicam e se inserem em um contexto social. Sobre a relação do brincar e das brincadeiras na Educação Infantil, é **INCORRETO** afirmar que:
- (A)** Brincar é um direito da criança, além de ser de suma importância para seu desenvolvimento, e, por isso as escolas de ensino infantil devem dar a devida atenção a essa atividade.



- (B)** A mediação de um adulto, de outras crianças, ou dos próprios objetos que se encontram a disposição da criança faz a diferença nas brincadeiras. Não basta deixar brincar, aos adultos é preciso olhar um pouquinho mais para as crianças, perceber suas necessidades e assim tentar entender e estimular a brincadeira.
- (C)** A brincadeira supõe contexto social e cultural, sendo um processo de relações interindividuais, de cultura.
- (D)** Mediante o ato de brincar, a criança explora o mundo e suas possibilidades, porém não consegue se inserir nele, de maneira espontânea e divertida, para desenvolver suas capacidades cognitivas, motoras e afetivas.
- 24)** A brincadeira, o lúdico tem sido explorados consideravelmente nos últimos anos, por vários pesquisadores e pensadores. Existe certo consenso por parte deles que estes elementos constituem-se como ações importantes para o desenvolvimento da criança. Nesse sentido, é **INCORRETO** afirmar que:
- (A)** O brincar é algo muito importante para a criança. Brincar traz inúmeros benefícios para o desenvolvimento cognitivo e afetivo, além de aprimorar suas habilidades motoras.
- (B)** O lúdico só pode ser considerado educativo quando desperta o interesse do aluno pela disciplina, portanto os professores precisam aproveitar o mesmo como facilitador da aprendizagem.
- (C)** O jogo é extremamente importante para o desenvolvimento da criança porque ele dá origem às mudanças qualitativas na psique infantil.
- (D)** Quando se trabalha o lúdico na educação, abre-se um espaço para que a criança expresse seus sentimentos, oferecendo a ela a oportunidade para desenvolver a afetividade, mesmo não auxiliando na assimilação de novos conhecimentos.
- 25)** Embora as crianças desenvolvam suas capacidades de maneira heterogênea, a educação tem por função criar condições para o desenvolvimento integral de todas as crianças, considerando, também, as possibilidades de aprendizagem que apresentam nas diferentes faixas etárias. Para que isso ocorra, faz-se necessário uma atuação que propicia o

desenvolvimento de capacidades envolvendo aquelas de ordem física, afetiva, cognitiva, ética, estética, de relação interpessoal e inserção social. Sobre as capacidades de ordem afetiva, é **CORRETO** afirmar que:

- (A)** Estão associadas à possibilidade de apropriação e conhecimento das potencialidades corporais, ao auto conhecimento, ao uso do corpo na expressão das emoções, ao deslocamento com segurança.
- (B)** Estão associadas ao desenvolvimento dos recursos para pensar, o uso e apropriação de formas de representação e comunicação envolvendo resolução de problemas.
- (C)** Estão associadas à possibilidade de produção artística e apreciação desta produção oriundas de diferentes culturas.
- (D)** Estão associadas à construção da auto-estima, às atitudes no convívio social, à compreensão de si mesmo e dos outros.
- 26)** No Brasil estamos vivendo um momento histórico muito oportuno para a reflexão e a ação em relação às políticas públicas voltadas para as crianças. Cada vez mais, a educação e o cuidado na primeira infância são tratados como assuntos prioritários por parte dos governos Federal, Estadual e Municipal, bem como pelas organizações da sociedade civil, por um número crescente de profissionais da área pedagógica e de outras áreas do conhecimento, que vêm na Educação Infantil uma verdadeira "ponte" para a formação integral do cidadão. Sobre a legislação da Educação Infantil no Brasil, é **INCORRETO** afirmar que:
- (A)** Com o advento da Lei nº 8.069 /90 - Estatuto da Criança e do Adolescente(ECA), os Municípios passaram a ter responsabilidade pelos direitos da infância e adolescência, através da criação do Conselho Municipal, do Fundo Municipal e o Conselho Tutelar.
- (B)** Em seu artigo 227, a Constituição Federal consagra uma recomendação em defesa da criança ao dispor que é dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, com absoluta prioridade, dentre outros, o direito à educação.



- (C)** O Estado tem o dever de assegurar à criança e ao adolescente o atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a sete anos de idade, segundo dispõe o artigo 54, inciso IV do Estatuto da Criança e do Adolescente.
- (D)** No que diz respeito à educação e à cultura, o artigo 53 do Estatuto da Criança e do Adolescente dispõe que a criança e o adolescente têm direito à educação, visando o pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho. Assim, a educação passa a ser um *direito público subjetivo* da criança e do adolescente, devendo ser garantida pelo Estado.
- 27)** Existem três tendências pedagógicas presentes na prática pedagógica da pré-escola no Brasil: a Tendência Romântica, que concebe a escola como “Jardim de Infância”, onde a criança é “sementinha” ou “plantinha” que brota e a professora a jardineira; a Tendência Cognitiva, de base psicogenética, que enfatiza a construção do pensamento infantil no desenvolvimento da inteligência e da autonomia; e a Tendência Crítica, que vê a pré-escola como lugar de trabalho coletivo, a criança e o professor como cidadãos e a educação como fator de transformação do contexto social. Sobre a Tendência Crítica, é CORRETO afirmar que:
- (A)** Seu objetivo principal era desenvolver uma escola popular. Quanto à sua visão do homem e do mundo, pode-se mencionar a desconfiança de Freinet em relação à “teoria” (ou o discurso teórico vazio, desvinculado da prática) e por essa razão seus textos apresentam estilo literário, permeada por muitas situações concretas de sua prática educativa.
- (B)** Essa tendência está ligada à própria gênese da educação pré-escolar. Surge no século XVIII, num contexto de grandes transformações sociais em que as instituições passaram a ser questionadas, inclusive a escola.
- (C)** A chamada escola tradicional entra em crise, fazendo surgir um movimento de educadores, que segundo muitos pesquisadores, seriam precursores da Escola Nova, tendência que iria se firmar nos séculos XIX e XX. Várias metodologias emanam desse movimento, tendo algumas delas influenciado bastante o ensino brasileiro, particularmente a pré-escola.
- (D)** Com base nos pressupostos piagetianos, a educação deve possibilitar à criança o desenvolvimento amplo e dinâmico desde o período sensório-motor até o operatório abstrato. A escola deve, então, levar em consideração os esquemas de assimilação da criança (partir deles), favorecendo a realização de atividades desafiadoras que provoquem desequilíbrio (“conflitos cognitivos”) e reequilibrações sucessivas, promovendo a descoberta e a construção do conhecimento.
- 28)** O processo avaliativo é parte integrante da práxis pedagógica e deve estar voltado para atender as necessidades dos alunos. A avaliação na perspectiva emancipatória:
- I. Consiste na mensuração de comportamentos por meio de testes buscando sua valorização através da cultura dos testes e medidas.
 - II. Privilegia a avaliação processual, onde o docente analisa todas as atitudes do estudante ao executar uma tarefa de avaliação.
 - III. Promove a libertação dos modelos classificatórios e a estagnação social, proporcionando crescimento para o aluno.
 - IV. Prioriza os aspectos qualitativos do desenvolvimento do educando.
 - V. Valoriza as mudanças comportamentais que possam ser cientificamente observadas e quantificadas.
- Estão corretas apenas:
- (A)** I, II e III.
(B) III, IV e V.
(C) I, III, IV e V.
(D) II, III e IV.
- 29)** Durante muito tempo, a avaliação foi usada como instrumento para classificar e rotular os alunos. Nessa perspectiva a avaliação, contemplava questões que envolviam a reprodução dos conteúdos valorizando a memorização, a repetição e a exatidão. A avaliação vem modificando-se ao longo dos tempos. A avaliação onde professores e alunos estão empenhados em verificar o que se sabe, como se aprende, o que não se sabe para indicar os passos a seguir, favorecendo o desenvolvimento do aluno, aprender a aprender, é denominada de:



- (A) Equitativa.
- (B) Assertiva.
- (C) Somativa.
- (D) Formativa.

30) Leia a charge abaixo.



A charge aponta uma fragilidade da ação docente, a falta de planejamento da aula. O plano de aula do professor deve contemplar, EXCETO:

- (A) Os métodos que serão utilizados para melhor apreensão do conteúdo e os objetivos da aula.
- (B) A distribuição dos conteúdos pela grade de horários, a definição das turmas e o calendário escolar.
- (C) Os recursos didáticos que auxiliarão a promover o aprendizado e a circulação do conhecimento.
- (D) As habilidades cognitivas, sociais, atitudinais a serem desenvolvidas pelos alunos.

31) O Projeto Político Pedagógico é um processo que:

- I. Não permite constante acompanhamento e avaliação pois é determinado no início do ano letivo.
- II. Organiza ações, otimizando os recursos humanos, materiais e financeiros.
- III. Possibilita a reflexão e discussão de problemas em busca de alternativas para solucioná-los.

Estão corretas apenas:

- (A) I, II e III.
- (B) II e III.
- (C) I e II.
- (D) I e III.

32) De acordo com o Estatuto da Criança e do adolescente, nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação ou exploração. Quando a escola identifica uma criança em situação de maus tratos deverá comunicar:

- (A) Aos pais.
- (B) Ao Conselho da escola.
- (C) Ao Conselho Tutelar.
- (D) A todos os professores.

33) Segundo o Art. 4º da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 “É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta propriedade:

- (A) a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.”
- (B) a efetivação dos direitos referentes à comunidade, à leitura, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à participação, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.”
- (C) a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à discriminação, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.”
- (D) a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à acomodação, ao esporte, ao lazer, à participação, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência e comunitária.”

34) O Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) atende toda a educação básica, da creche ao ensino médio. Substituto do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef), que vigorou de 1997 a 2006, o Fundeb está em vigor desde janeiro de 2007 e se estenderá até 2020. Como são destinados os recursos investidos pelo FUNDEB na educação básica? Assinale a resposta correta.



- (A) Em relação ao número de professores atuantes na escola no ano anterior.
- (B) Em conformidade com o plano gestor da escola.
- (C) De acordo com o número de alunos da educação básica, com base em dados do censo escolar do ano anterior.
- (D) De acordo com o número de alunos matriculados no ensino médio do ano anterior.

35) Disposto no Art. 29 da LDB a educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança de até 5 (cinco) anos, complementando a ação da família e da comunidade. Em conformidade com a LDB quais são os aspectos que a educação infantil objetiva desenvolver na criança? Assinale a resposta correta.

- (A) Aspecto psicológico, emocional, social e intelectual.
- (B) Aspecto intelectual, psicológico, familiar e social.
- (C) Aspectos físico, psicológico, intelectual e social.
- (D) Aspecto físico, motor, intelectual e cultural.

36) A LDB em seu Art. 31 trata da organização da educação infantil mediante as seguintes regras comuns:

- I. avaliação mediante acompanhamento e registro do desenvolvimento das crianças, sem o objetivo de promoção, mesmo para o acesso ao ensino fundamental.
- II. carga horária mínima anual de 800 (oitocentas) horas, distribuída por um mínimo de 210 (duzentos e dez) dias de trabalho educacional.
- III. atendimento à criança de, no mínimo, 4 (quatro) horas diárias para o turno parcial e de 7 (sete) horas para a jornada integral.
- IV. controle de frequência pela instituição de educação pré-escolar, exigida a frequência mínima de 70% (setenta por cento) do total de horas.
- V. expedição de documentação que permita atestar os processos de desenvolvimento e aprendizagem da criança.

Das regras dispostas acima é correto afirmar que são verdadeiras apenas os números:

- (A) II-IV-V.
- (B) I-III-V.
- (C) II-III-IV.
- (D) I-II-IV

37) A teoria de Piaget não é propriamente uma teoria de aprendizagem, mas uma teoria de desenvolvimento mental. Ele distingue quatro períodos gerais de desenvolvimento cognitivo: sensório-motor, pré-operacional, operacional-concreto e operacional-formal. Segundo Piaget, o crescimento cognitivo da criança se dá através de assimilação e acomodação. O indivíduo constrói esquemas de assimilação mentais para abordar a realidade. Sobre a assimilação, é CORRETO afirmar que:

- (A) Quando a mente assimila, ela incorpora a realidade a seus esquemas de ação, impondo-se ao meio.
- (B) As assimilações levam à construção de novos esquemas de acomodação, promovendo, com isso, o desenvolvimento cognitivo.
- (C) Só há aprendizagem quando o esquema de acomodação sofre assimilação.
- (D) A mente, sendo uma estrutura para Piaget, tende a funcionar em equilíbrio. No entanto, quando este equilíbrio é rompido por experiências não assimiláveis, a mente sofre assimilação a fim de construir novos esquemas de acomodação e atingir novo equilíbrio.

38) O direito à educação, previsto no artigo 6º da Constituição Federal de 1988 como um direito fundamental de natureza social, vem detalhado no Título VIII, Da Ordem Social, especialmente nos artigos 205 a 214, dispositivos nos quais se encontra explicitada uma série de aspectos que envolvem a concretização desse direito. Todas as alternativas a seguir indicam corretamente esses aspectos, exceto:

- (A) Serão fixados conteúdos mínimos para o ensino fundamental, de maneira a assegurar formação básica comum e respeito aos valores culturais e artísticos, nacionais e regionais.



- (B)** A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.
- (C)** A lei estabelecerá o plano nacional de educação, de duração quinquenal, com o objetivo de articular o sistema nacional de educação em regime de colaboração e definir diretrizes, objetivos, metas e estratégias de implementação para assegurar a manutenção e desenvolvimento do ensino em seus diversos níveis, etapas e modalidades por meio de ações integradas dos poderes públicos das diferentes esferas federativas.
- (D)** A União aplicará, anualmente, nunca menos de dezoito, e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios vinte e cinco por cento, no mínimo, da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino.
- 39)** De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN 9.394/96), o acesso à educação básica obrigatória é direito público subjetivo, podendo qualquer cidadão, grupo de cidadãos, associação comunitária, organização sindical, entidade de classe ou outra legalmente constituída e, ainda, o Ministério Público, acionar o poder público para exigi-lo. Nesse sentido, o poder público, na esfera de sua competência federativa, deverá, EXCETO:
- (A)** Recensear anualmente as crianças e adolescentes em idade escolar, bem como os jovens e adultos que não concluíram a educação básica.
- (B)** Fazer-lhes a chamada pública.
- (C)** Incentivar, de forma financeira, a frequência à escola com programas como o Bolsa Família.
- (D)** Zelar, junto aos pais ou responsáveis, pela frequência à escola.
- 40)** O planejamento da ação didática deve ser concebido, assumido e vivenciado no cotidiano da prática social docente, como um processo de reflexão. O planejamento, nesta perspectiva, é, acima de tudo, uma atitude crítica do educador diante de seu trabalho docente. Sobre o planejamento, é INCORRETO afirmar que:
- (A)** A escola pode e deve encontrar outras formas de lidar com o planejamento do ensino e com seus desdobramentos em planos e projetos. É importante desencadear um processo de repensar todo o ensino, buscando um significado transformador para os elementos curriculares básicos, como objetivos da educação escolar (para que ensinar e aprender?).
- (B)** O planejamento do ensino é o processo que envolve a atuação concreta dos educadores no cotidiano do seu trabalho pedagógico, envolvendo todas as suas ações e situações, o tempo todo, envolvendo a permanente interação entre os educadores e entre os próprios educandos.
- (C)** Planejamento e plano de ensino podem ser entendidos como sinônimos, pois existe uma relação íntima entre eles. Dessa forma, não existem diferenças entre eles.
- (D)** A ausência de um processo de planejamento do ensino nas escolas, aliada às demais dificuldades enfrentadas pelos docentes no exercício do seu trabalho, tem levado a uma contínua improvisação pedagógica nas aulas. Em outras palavras, aquilo que deveria ser uma prática eventual acaba sendo uma "regra", prejudicando, assim, a aprendizagem dos alunos e o próprio trabalho escolar como um todo.